



O NOVO NORTE

**PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE**

Eixo Prioritário III

Valorização do Espaço Regional

Património Cultural

**Abertura de Concurso Público para Apresentação de
Candidaturas - PC/1/2014**

Património Cultural



*Abertura de Concurso Público para Apresentação de
Candidaturas - PC/01/2014*

O teor da Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais (CMC) de 13 de dezembro de 2013 e o atual estágio de execução do Programa Operacional impõe-se que, nos prazos fixados na citada Deliberação da CMC, sejam estabelecidas regras que acelerem a realização dos programas operacionais e reduzam a sobreposição com as medidas programáticas do período 2014-2020.

Assim, nos termos do Regulamento Específico “Património Cultural”, a Autoridade de Gestão divulga, pelo presente meio, a abertura do Aviso de Concurso para a apresentação de candidaturas a cofinanciamento, cujas regras de admissão/aceitação foram elaboradas em conformidade com os objetivos acima mencionados.

Ainda, nos termos do Regulamento Específico - “Património Cultural” - a apresentação de candidaturas pode processar-se através de convite público, cujos Avisos de Abertura são definidos pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através do respetivo sítio na Internet.

As informações que constam do presente Aviso devem ser integradas com o conteúdo relevante das normas comunitárias e nacionais, das orientações técnicas, e do formulário da candidatura, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Concurso é definido nos termos que se apresentam nos pontos seguintes:

1. Âmbito

O presente Aviso de Abertura de Concurso contempla o financiamento de operações enquadráveis no “Património Cultural” integrado no Objetivo Específico “Qualificação dos Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade” do Eixo Prioritário

III - “Valorização do Espaço Regional” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, cujos temas prioritários são 58 - Proteção e preservação do património cultural, 59 - Desenvolvimento das infraestruturas culturais e 60 - Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais.

2. Objetivos

Este concurso destina-se a apoiar operações que visam a melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural imóvel, numa perspetiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela sua identidade específica, nela considerando os valores de originalidade aliados ao da respetiva integridade patrimonial.

3. Âmbito territorial

NUTS II - Região do Norte.

4. Tipologia de operações

4.1 Nos termos dos artigos 3º e 5º do REPC, no âmbito do presente Aviso de Concurso, podem ser apresentadas candidaturas que contemplem projetos nas seguintes tipologias de operações:

- a) Conservação, restauro, valorização ou reabilitação de monumentos, classificados ou em vias de classificação nos termos legais em vigor, associáveis ou não a um território envolvente específico;
- b) Criação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante;
- c) Criação, remodelação, ampliação, recuperação, modernização e beneficiação de instalações, imóveis e espaços envolventes de museus que integram a Rede Portuguesa de Museus ou a eles afetos, ou em procedimento de credenciação com o relatório técnico favorável emitido pelo IMC, nos termos da Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto, bem como a instalação ou requalificação de

exposições permanentes e temporárias dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus;

- d) Realização de programas de animação do património cultural, criação de circuitos ou roteiros de património associados a redes de cooperação e organização de bens patrimoniais culturais em rede;
- e) Valorização, sensibilização, divulgação e promoção do património cultural móvel, imóvel, imaterial e oral que contribuam para o acréscimo de públicos;
- f) Inventariação, investigação e divulgação dos patrimónios rural, fluvio-marítimo e edificado vernacular, bem como do “saber-fazer” antigo dos artesãos, das artes tradicionais, da literatura oral, da medicina popular, nos domínios etnográfico e antropológico, e levantamento de expressões culturais tradicionais imateriais individuais e coletivas, designadamente através do seu registo videográfico e fonográfico;
- g) Edição de publicações e outros suportes documentais e digitais com conteúdos relativos ao património cultural e atividades de inventariação e investigação científica sobre o património cultural. As operações a apoiar devem corresponder a edições inéditas, resultantes de trabalhos de investigação técnica e científica nas áreas do património com especial interesse para a comunidade educativa, científica e técnica, constituindo uma prioridade em termos de cobertura de “falhas de mercado”;
- h) Conservação, restauro e valorização do património cultural móvel classificado, em vias de classificação, ou pertencente a museus da Rede Portuguesa de Museus ou de relevante valor patrimonial comprovado por entidade competente e devidamente inventariado, com vista à sua fruição pública;
- i) Projetos que visem a divulgação de “boas práticas” de conservação, restauro e valorização do património cultural;
- j) Elaboração de cartas de risco e planos de segurança do património cultural imóvel classificado;
- k) Projetos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património.

4.2 As operações integradas referidas na alínea k) do 4.1 devem abranger diversas tipologias referidas nas alíneas a) a j), respeitando os requisitos estipulados para cada uma das tipologias abrangidas, desde que sejam apresentadas sob a forma de um plano integrado e os objetivos das mesmas concorram para o mesmo fim, ou seja, promover a salvaguarda e a fruição do património cultural.

4.3 As operações a candidatar na alínea d) deverão demonstrar, através de evidências concretas, a sua relação de pertença a uma rede devidamente organizada e formalizada ou em fase de implementação.

4.4 As operações a candidatar, no âmbito do presente Concurso, deverão respeitar a natureza própria de cada tipologia de operação, tal como definido: natureza infraestrutural, imaterial ou mista, nas tipologias de operação de a) a c) e k), e natureza imaterial, nas tipologias de operação de d) a j) e k).

4.5 Cada candidatura deve identificar claramente a(s) tipologia(s) de operação (ões) a que se candidata apresentando a devida justificação.

5. Entidades beneficiárias

De acordo com o disposto no Artigo 6.º do REPC e atenta a tipologia de operações referida no artigo anterior, podem apresentar candidaturas as seguintes entidades beneficiárias:

- a) Organismos nacionais e regionais do Ministério da Cultura;
- b) Municípios e Associações de Municípios;
- c) Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objeto principal o desenvolvimento de atividades culturais;
- d) Parcerias entre instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;
- e) Fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;

- f) Outras entidades da Administração Central e instituições sem fins lucrativos que detenham à sua guarda património imóvel, ou móvel, classificado ou em vias de classificação, ou que tutelem museus da Rede Portuguesa de Museus.

6. Formalização e instrução da candidatura

6.1 A candidatura é apresentada à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 por via de submissão de formulário eletrónico disponível através do sítio www.novonorte.gren.pt, mais especificamente no endereço <http://212.55.137.44/bolsasigon2candgren>, o qual deve ser devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos identificados no presente Aviso ou em Orientações Técnicas que venham a ser emitidas.

Os documentos exigidos para a instrução da candidatura são obrigatoriamente submetidos através do endereço acima identificado, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Alertamos que a designação dos ficheiros a anexar e a sua dimensão devem respeitar as condições definidas no Guião de Preenchimento disponibilizado no endereço acima identificado.

Na submissão da candidatura a entidade promotora deverá seleccionar o formulário correspondente ao Aviso de Concurso a que pretende concorrer, devendo para o efeito tomar em atenção a respetiva sigla de identificação.

6.2 A utilização do Sistema de Informação SIGON.2 que disponibiliza, entre outras funcionalidades, o formulário eletrónico, obriga ao prévio registo das Entidades Beneficiárias, registo este a efetuar no mesmo endereço acima destacado.

Tendo em conta a precisão da informação inserida em sede de registo, desde logo a concordância entre o NIF e a designação da Entidade constantes da base da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), a Autoridade de Gestão do ON.2 valida o registo da Entidade e comunicará, por via do endereço eletrónico que por esta última tiver sido fornecido em sede de registo, o Utilizador e a Password que lhe forem atribuídos.

7. Prazo para apresentação de candidaturas

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 18,00 horas do dia 14 de fevereiro de 2014.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário ao sistema de informação e gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (SIGON.2).

8. Projetos geradores de receitas

Tendo em conta o Artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, alterado o respetivo n.º 5 pelo Regulamento (CE) n.º 1341/2008, de 18 de Dezembro de 2008 e pelo Regulamento (UE) n.º 539/2010, de 16 de junho de 2010, Autoridade de Gestão do ON.2 emitiu a Orientação de Gestão n.º 9/(2009), aprovada em 28 de novembro de 2013, disponível em http://www.novonorte.qren.pt/fotos/editor2/Documentacao/on2_orientacaogestao_9_2009_rev_1_2013_projetosgeradoresreceitas_aprovcd28112013.pdf, de consulta indispensável.

Tratando-se de projetos com um investimento total superior a 1.000.000,00 € (um milhão de Euros) e em cumprimento da referida Orientação de Gestão, a candidatura, para além de outros documentos necessários à sua correta instrução, deve ser acompanhada de documentação que permita enquadrar o projeto numa das seguintes três situações:

- 1) Projeto não Gerador de Receitas - Nos casos em que, devido às características e natureza dos resultados do projeto que é objeto da candidatura, se concluir que o mesmo não gera qualquer receita resultante de pagamentos diretos por parte dos utilizadores, deve ser junta à candidatura uma declaração mencionando expressamente esse facto e a respetiva fundamentação;
- 2) Projeto Gerador de Receitas que não cobrem os Custos Operacionais - Deve ser junta à candidatura demonstração fundamentada, com base nas previsões de "Receitas e Custos Operacionais", que o projeto não é gerador de rendimento líquido positivo;
- 3) Projeto Gerador de Rendimento Líquido Positivo - Deve ser junta à candidatura demonstração fundamentada do cálculo do "Défice de Financiamento" ("Funding Gap") tendo por base as previsões de "Receitas e Custos Operacionais", considerando os parâmetros definidos pela Autoridade de Gestão do ON.2 nos termos da referida Orientação de Gestão.

Tratando-se de projetos com um investimento total inferior ou igual a 1.000.000,00 € (um milhão de Euros) e em cumprimento da referida Orientação de Gestão, na candidatura deverá fazer-se menção sobre se o projeto previsto gera ou não receitas durante a fase de execução; no caso de inexistência dessas receitas o promotor deve instruir a candidatura com a Declaração correspondente anexa àquela Orientação de Gestão. Diferentemente, se o projeto gerar receitas durante a sua fase de execução aplica-se o regime previsto na parte B da mesma Orientação de Gestão.

9. Financiamento das operações

9.1. A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é a que corresponde à que dessa forma se encontre prevista no Regulamento “Específico Património Cultural”.

9.2. O financiamento das operações assume a forma de ajuda não reembolsável.

10. Duração das operações

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Aviso de Concurso, terá que estar concluída física e financeiramente até 30 de junho de 2015.

11. Dotação orçamental do concurso

11.1 A dotação orçamental a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do Concurso abrangido pelo presente Aviso é de 7.000.000 € (sete milhões de euros) FEDER.

11.2 A dotação orçamental do presente Aviso pode ser reforçada, por decisão da Autoridade de Gestão em função das disponibilidades financeiras do ON.2 e no caso de serem apresentados projetos de mérito relevante.

12. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários

As candidaturas a apresentar ao Concurso abrangido pelo presente Aviso devem obedecer às Condições Específicas de Admissão e de Aceitação dos Beneficiários previstas no artigo 12º do REPC.

No caso de as candidaturas serem apresentadas em parceria, as condições de admissão e aceitação dos beneficiários são aferidas por referência a cada um dos parceiros beneficiários que a compõem.

Neste sentido, a falta de cumprimento de qualquer das condições de admissão e aceitação, ainda que venham a ser apuradas relativamente a um ou a algum dos beneficiários gera a não admissão e aceitação da candidatura. A Autoridade de Gestão poderá eventualmente aceitar excecionar da aplicação desta regra as situações em que o número de parceiros beneficiários admitidos e aceites seja igual ou superior a metade do número total de parceiros beneficiários previstos na candidatura e esta configuração não coloque em causa os objetivos e a coerência da mesma.

13. Elegibilidade de despesas

13.1 Em matéria de despesas elegíveis e não elegíveis, aplica-se o disposto nos artigos 8º e 9º do REPC.

13.2 Nos aspetos que se considerem omissos, ou que necessitem de clarificação, deverá ser consultado o Manual de Procedimentos ON.2, aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2, em 02/02/2009, e divulgado no site www.novonorte.qren.pt.

14. Condições de admissão e aceitação de operações

14.1 Para além de obedecerem às condições previstas no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e das Condições Específicas de Admissão e de Aceitação das Operações previstas no Artigo 7º do Regulamento Específico "Património Cultural", as operações incluídas nas candidaturas a apresentar no âmbito do Concurso abrangido pelo presente Aviso, devem cumprir, adicionalmente, as seguintes condições específicas de admissão e aceitação:

a) Serem obrigatoriamente instruídas com os seguintes documentos, sendo que a falta de qualquer deles não é suprável por via do pedido de elementos/ esclarecimentos referidos no ponto 17 deste Aviso:

- (i) Formulário de candidatura em conformidade com o modelo disponibilizado no SIGON.2;

(ii) Memória Descritiva Justificativa e Complementar da candidatura, utilizando o ficheiro *excel* divulgado conjuntamente com o presente Aviso no endereço do site do ON.2 (www.novonorte.qren.pt/pc_1_2014);

(iii) Estatutos ou legislação aplicável ao beneficiário e à sua atividade de modo a aferir o seu enquadramento na tipologia definida no ponto 5 do presente Aviso, salvo Municípios e suas associações.

(iv) Estudo prévio de viabilidade económico-financeira (EPVEF), sempre que se trate de operações geradoras de receitas, com enquadramento numa das situações definidas nos pontos 2) ou 3) do n.º 8 do presente Aviso. No caso de não ser possível ao promotor apresentar com a candidatura o EPVEF por impossibilidade de prever o montante das receitas a auferir, deverá fundamentar devidamente essa dificuldade¹. No caso de a candidatura envolver um projeto com enquadramento no ponto 1) do n.º 8 do presente Aviso, o promotor deverá instruir a candidatura com declaração datada e assinada por quem vincule a entidade da qual conste a menção a que devido às características e natureza dos resultados do projeto abrangido na candidatura o mesmo não gera qualquer receita resultante de pagamentos diretos por parte dos utilizadores e respetiva fundamentação.

(v) Orçamento completo da operação, utilizando o ficheiro *excel* divulgado conjuntamente com o presente Aviso no endereço do site do ON.2 (www.novonorte.qren.pt/pc_1_2014);

(vi) Declaração de compromisso do beneficiário/Parceiro formulada em conformidade com o Modelo divulgado conjuntamente com o presente Aviso e que dele faz parte integrante;

(vii) No caso de a candidatura contemplar despesas relativas a estudos e/ou trabalhos especializados, deverão ser juntos os correspondente cadernos de encargos (com as respetivas cláusulas jurídicas e técnicas), se já elaborados. Se os cadernos de encargos não se encontrarem ainda elaborados ou não se justificarem em face da contratação perspetivada, deverão ser apresentados os termos de referência inerentes àqueles estudos e/ou trabalhos acompanhados, se existirem,

¹ A falta do EPVEF não isenta a operação da aplicação do regime relativo aos projetos geradores de receitas, exigindo-se o EPVEF em sede de execução da operação

de propostas de fornecedores para a realização dos mesmos e orçamentos devidamente detalhados e justificados;

(ix) No caso de intervenções de natureza infraestrutural é obrigatória a submissão do mapa de medições e orçamento do projeto de execução e, dependendo da natureza das mesmas:

1) Operações sujeitas a Licenciamento - deverá ser enviada deliberação da Câmara Municipal sobre o processo de licenciamento (cfr. Artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro com a redação dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro).

2) Operações sujeitas a Comunicação Prévia - deverá ser enviado o recibo da apresentação da operação na Câmara Municipal, acompanhado do comprovativo de admissão (cfr. Artigos 36.º-A e 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com a redação dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro).

3) operações não sujeitas a controlo prévio - nos casos previstos nos artigos 6º (operações urbanísticas isentas de controlo prévio) e 6.º-A (Obras de escassa relevância urbanística) do DL 555/99, na redação dada pela Lei 60/2007, deverá o promotor atestar, através de declaração, que à operação urbanística é aplicável o regime de isenção previsto nos referidos preceitos, concretizando em qual das alíneas dos referidos artigos se enquadra, ou, em alternativa, anexar documento emitido pela Autarquia que comprove a isenção de controlo prévio.

4) operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública (artigo 7.º do DL 555/99, na redação dada pela Lei 60/2007) - deverá ser enviado cópia do parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, nos termos do disposto n.º 2 do referido preceito.

(x) Documento comprovativo da aprovação dos projetos de arquitetura e de especialidades emitidos pelas entidades competentes. Se em função da natureza da intervenção infraestrutural esses projetos não se revelarem necessários, o promotor da candidatura deve enviar declaração atestando esse facto;

(xi) Devem ainda ser apresentados os seguintes documentos:

1 - Para as operações a candidatar na tipologia prevista na alínea c) do art.5º do REPC, nos termos em que esta está definida, deve o beneficiário apresentar documento comprovativo da inclusão do Museu objeto da intervenção na Rede de Museus na Região Norte ou, em alternativa, documento comprovativo de que se encontra em curso procedimento de credenciação com o relatório técnico favorável do IMC/DGPC;

2 - A condição de acesso definida na alínea c) do Artigo 7º, do REPC, deverá aferir-se, nomeadamente, através da apresentação de parecer da Direção Geral do Património Cultural. No caso do património móvel, de carácter religioso, deverá ser anexado parecer emitido pelo Secretariado Diocesano dos Bens Culturais;

3 - Para além das condições referidas no ponto 14.1, os beneficiários dos projetos de carácter infraestrutural deverão assumir o compromisso de cumprimento das seguintes condições, quando aplicáveis na situação concreta:

a) o resultado das operações seja colocado à fruição pública para fins culturais, nomeadamente a integração em circuitos de visita e a realização de atividades culturais com carácter regular;

b) o(s) projeto(s) contemple(m) a instalação de sistemas de registo de visitantes, de forma a permitir o acompanhamento e a avaliação dos resultados das intervenções cofinanciadas por fundos estruturais.

b) Dispor de um grau de maturidade aferido de modo conjugado nos termos das condições definidas nos pontos I e II infra:

I - À data da submissão da candidatura:

(i) Comprovativo da abertura do procedimento de contratação para a concretização da intervenção de maior expressão financeira de acordo com orçamento da candidatura;

ou

(ii) Comprovativo da abertura dos procedimentos de contratação para a concretização das intervenções que representem, pelo menos, 50% do

montante do investimento elegível apresentado no orçamento da candidatura.

Nos seguintes termos:

a. Cópia da publicação do anúncio em Diário da República, caso se trate de concurso público e de publicação no Jornal Oficial da União Europeia, tratando-se de concurso público internacional.

b. Autorização de abertura do procedimento e comprovativo do envio dos convites aos concorrentes, caso se trate de ajuste direto.

(iii) Pareceres das entidades com competência vinculativa na aprovação dos projetos / intervenções.

II - Até 28 de fevereiro 2014 deve ser remetido por iniciativa do promotor à Autoridade de Gestão do ON.2 através do endereço de correio eletrónico novonorte.34@ccdr-n.pt e exp.arquivo@ccdr-n.pt, o relatório final do procedimento, devidamente aprovado ou no caso de ajuste direto com consulta a uma entidade, documento equivalente nos termos do disposto no nº2 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

14.2 O incumprimento de qualquer das condições específicas identificadas no ponto 14.1 implica a tomada de decisão de não admissão e aceitação da candidatura por parte da Autoridade de Gestão.

No caso de as candidaturas serem apresentadas em parceria, as condições de admissão e aceitação das operações definidas no ponto 14.1 são aferidas por referência a cada um dos parceiros beneficiários que a compõem.

Neste sentido, a falta de cumprimento de qualquer das condições de admissão e aceitação, ainda que venham a ser apuradas relativamente a um ou a algum dos beneficiários gera a não admissão e aceitação da candidatura. A Autoridade de Gestão poderá eventualmente aceitar excecionar da aplicação desta regra as situações em que o número de parceiros beneficiários admitidos e aceites seja igual ou superior a metade do número total de parceiros beneficiários previstos na candidatura e esta configuração não coloque em causa os objetivos e a coerência da mesma

14.3 Recomenda-se que as candidaturas sejam instruídas com os seguintes elementos complementares, exceto se os mesmos já integrarem o conteúdo da Memória Descritiva e Justificativa Complementar:

- (i) Curriculum da entidade beneficiária. Caso este documento não seja apresentado, o promotor poderá ser penalizado em sede de avaliação da candidatura por insuficiência de informação que permita à Comissão de Avaliação de Mérito efetuar a valorização de alguns dos critérios de seleção. Este documento não é obrigatório no caso dos Municípios;
- (ii) Curricula da equipa técnica/científica que irá estar diretamente envolvida na consecução dos objetivos e resultados de curto e médio prazo referidos na Memória Descritiva e Justificativa Complementar da candidatura. Caso este documento não seja apresentado, o promotor poderá ser penalizado em sede de avaliação da candidatura por insuficiência de informação que permita à Comissão de Avaliação de Mérito efetuar a valorização de alguns dos critérios de seleção;
- (iii) Plano de comunicação: entendido como um conjunto coerente e proporcional de medidas, ações ou instrumento de comunicação externa ou interna (de imagem, divulgação, publicidade, relações públicas e eventos, promoção, motivação, esclarecimento ou outros), que visa ou participa na concretização dos objetivos da Operação (projeto), num período temporal determinado, dirigido a públicos-alvo identificados, implementado com base num conjunto de recursos técnicos, humanos e financeiros, suscetível de avaliação. A não apresentação deste plano poderá prejudicar a avaliação da candidatura.
- (iv) No caso de o IVA ser apresentado como despesa elegível em sede de candidatura, a mesma deve ser instruída com declaração subscrita por Revisor Oficial de Contas (ROC) ou declaração emitida pela Autoridade Tributária, que identifique a situação tributária da entidade promotora da candidatura quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeita, bem como ao enquadramento das atividades constantes da candidatura em matéria de IVA; esta declaração deverá identificar o enquadramento e método de dedução das atividades constantes da candidatura em matéria de IVA. Caso não sejam

apresentados os elementos mencionados, o IVA será considerado como não elegível na candidatura;

- (v) Planta de localização do projeto: este documento de ser configurado em tamanho A4, que permita ter uma perceção geral da implantação da zona a intervencionar com a operação abrangida na candidatura;
- (vi) Para as intervenções de carácter infraestrutural, deve ser apresentado projeto técnico de execução (cortes, plantas e alçadas devidamente identificadas, memória descritiva do(s) projeto(s) de execução e mapa de medições / orçamento(s)
- (vii) Fotografias, em número máximo de 6 (seis), que sejam elucidativas quanto à situação física da área e/ou edificado a intervencionar, em data prévia à concretização do investimento objeto da candidatura
- (viii) Para entidades privadas, relatório e contas do último ano, aprovados pelos órgãos sociais competentes da entidade (poderão ser solicitados dados complementares sobre a situação económico-financeira da entidade)
- (ix) Autorização para consulta da situação contributiva perante o Estado (tributária e segurança social) ou, em alternativa, declaração emitida pelos organismos competentes comprovativa da regularidade daquela situação contributiva
- (x) Documentação que comprove a propriedade dos terrenos e/ou imóveis necessários à concretização da operação
- (xi) Declaração que comprove que está devidamente salvaguardada a legitimidade do beneficiário para intervir no espaço abrangido pelo projeto infraestrutural
- (xii) Certidão da Conservatória do Registo de Pessoa Coletiva ou fotocópia do NIPC. (não aplicável aos Municípios)
- (xiii) Quando aplicável, extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM com a área de intervenção da Operação individual em causa implantada.

15. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura

No caso de não serem solicitados esclarecimentos e/ou elementos nos termos do ponto 17 do presente Aviso a comunicação ao beneficiário da decisão relativa à admissão e aceitação da candidatura é efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o termo do prazo fixado para a sua apresentação.

16. Avaliação do mérito e decisão de financiamento

16.1 Critérios de seleção

as candidaturas serão apreciadas e hierarquizadas pela Autoridade de Gestão em função dos seguintes critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Norte 2007 -2013:

A. Valia patrimonial

A1 Valor patrimonial do imóvel (monumento, conjunto ou sítio arqueológico) do ponto de vista cultural, histórico, arqueológico, etnográfico, científico e social

A2. Qualidade científica, técnica e cultural do museu

B. Prioridade para a política nacional do património

B1. Integração na política patrimonial e museológica a nível nacional

B2. Património cultural imóvel em risco

B3. Dimensão e impacte nacional e internacional

B4. Potencial de dinamização da procura de bens culturais (criação de públicos, dinamização de atividades educativas e pedagógicas)

B5. Contributo para a dinamização de atividades ligadas às “indústrias culturais e criativas”

C. Valia específica da operação

C1. Qualidade técnica e/ou científica e carácter integrador da operação (conteúdo programático e projeto, quando aplicável)

C2. Sustentabilidade técnica e financeira da operação

C3. Carácter inovador e replicável da operação

C4. Capacidade e qualidade das parcerias apresentadas

C5. Capacitação e envolvimento de agentes e da comunidade

D. Impacte da operação no desenvolvimento regional

D1. Contributo da operação para a estratégia regional

D2. Aumento da atratividade regional (melhoria da imagem/visibilidade regional, acréscimo previsível de visitantes)

D3. Inserção em itinerários ou circuitos turístico-culturais

D4. Potencial para a criação de empregos diretos ou indiretos

D5. Complementaridade com outras intervenções regionais

As tipologias de operações enunciadas nas alíneas a), b) e K) (componente infraestrutural e imaterial), do ponto 4 do presente Aviso, são selecionadas com base na avaliação de mérito calculada em função dos critérios A, B, C e D, com exceção do subcritério A2. A tipologia de operação enunciada na alínea c) e k) (componente infraestrutural e imaterial), do ponto 4 do presente Aviso, será selecionada com base na avaliação de mérito calculada em função do subcritério A2 e critérios B, C e D. As tipologias de operações enunciadas nas alíneas d) a j) e k), do ponto 4 do presente Aviso, são selecionadas com base na avaliação de mérito calculada em função dos critérios B, C e D, com exceção do subcritério B2.

16.2 Metodologia de cálculo

Aos critérios de seleção constantes do ponto 15.1 será aplicada a seguinte metodologia de cálculo para avaliação do Mérito da Operação (MO) que permitirá a respetiva hierarquização:

a) Para as tipologias de operações enunciadas nas alíneas a), b) e k) (operações integradas que incluem componentes de carácter infra estrutural e imaterial), do ponto 4:

$$MO = 0,20A + 0,25B + 0,30C + 0,25D$$

Em que:

$$A = 1,00A1 + A2 \text{ (não aplicável)}$$

$$B = 0,20B1 + 0,15B2 + 0,20B3 + 0,25B4 + 0,20B5$$

$$C = 0,20C1 + 0,15C2 + 0,25C3 + 0,20C4 + 0,20C5$$

$$D = 0,25D1 + 0,25D2 + 0,20D3 + 0,15D4 + 0,15D5$$

b) Para as tipologias de operações enunciadas nas alíneas c) e k) (operações integradas que incluem componentes de carácter infraestrutural e imaterial), do ponto 4:

$$MO = 0,20A + 0,25B + 0,30C + 0,25D$$

Em que:

$$A = A1 \text{ (não aplicável)} + 1,00A2$$

$$B = 0,20B1 + 0,15B2 + 0,20B3 + 0,25B4 + 0,20B5$$

$$C = 0,20C1 + 0,15C2 + 0,25C3 + 0,20C4 + 0,20C5$$

$$D = 0,25D1 + 0,25D2 + 0,20D3 + 0,15D4 + 0,15D5$$

c) Para as tipologias de operações enunciadas nas alíneas d) a j) e k) (operações integradas que incluem componentes de carácter imaterial), do ponto 4:

$$MO = 0,30B + 0,40C + 0,30D$$

Em que:

$$B = 0,25B1 + 0,30B3 + 0,25B4 + 0,20B5$$

$$C = 0,20C1 + 0,15C2 + 0,25C3 + 0,20C4 + 0,20C5$$

$$D = 0,25D1 + 0,25D2 + 0,20D3 + 0,15D4 + 0,15D5$$

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo a pontuação final do Mérito da Operação estabelecida com relevância até às duas casas decimais.

Para efeitos de seleção, serão consideradas as operações de mérito superior que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

Para efeitos de aprovação, em caso de igualdade da pontuação final, as operações são ordenadas pela maior pontuação obtida no critério C indicado na fórmula anterior.

16.3 Entidade responsável pela avaliação de mérito e pela decisão de financiamento

A avaliação do mérito e a decisão de financiamento das candidaturas é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

A avaliação do mérito das candidaturas é efetuada pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 em articulação com a Direção Regional da Cultura do Norte/Direção Geral do Património Cultural.

17. Esclarecimentos complementares

17.1 A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 poderá, em sede de análise de admissibilidade dos beneficiários e das operações, requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo que venha a ser definido na correspondente comunicação.

17.2 Se, findo este prazo, não forem prestados pelo promotor os “esclarecimentos/elementos” requeridos, a respetiva candidatura será analisada com base na documentação disponível na Autoridade de Gestão.

17.3 A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos no ponto 17.1 anterior têm efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise

correspondente das candidaturas e, consequentemente, no prazo para a comunicação da decisão respetiva. Nesta situação, o prazo para a tomada de decisão é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução correspondente de todas as candidaturas.

17.4 A Avaliação do Mérito será efetuada tendo em conta exclusivamente os elementos apresentados no momento de submissão da candidatura, pelo que aquela análise não será protelada pelo facto de terem sido detetadas insuficiências na informação apresentada pelo promotor, nem os elementos que possam eventualmente vir a ser apresentados nos termos referidos nos pontos 17.1 a 17.3 poderão ser considerados pela Comissão de Avaliação de Mérito.

18. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento aos promotores

No caso de não serem solicitados esclarecimentos e/ou elementos nos termos do ponto 17, a comunicação aos promotores da proposta de decisão (favorável ou desfavorável) relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites, é efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após o termo do prazo de apresentação das candidaturas.

19. Divulgação pública dos resultados

O resultado, identificando o beneficiário, a designação da operação e o montante do cofinanciamento atribuído, será objeto de divulgação pública no site www.novonorte.qren.pt Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

20. Orientações técnicas e/ou orientações de gestão

A Autoridade de Gestão do ON.2 poderá emitir orientações técnicas e/ou orientações de gestão para especificação de determinadas matérias previstas no presente Aviso, as quais serão divulgadas no site www.novonorte.qren.pt.

21. Legislação de enquadramento aplicável

- Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;

- Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respetivos Programas Operacionais;
- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, aprovado por deliberação da Comissão Ministerial do QREN, em 18 de Setembro de 2009, versão consolidada resultante das deliberações do CMC QREN: 18/09/2009, 20/04/2010, 21/01/2011 e 21/12/2011, disponível em http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/FEDER%20e%20FC%202007-2013/Regulamentacao/Documents/Reg_Nacional/Reg._Geral_08Jan12.pdf;
- Despacho n.º 10/2009, de 24 de setembro do MAOTDR, disponível em http://www.novonorte.qren.pt/fotos/editor2/import/ccr-norte.pt/novonorte/desp10_2009.pdf
- Orientação de Gestão n.º 9/ (2009), aprovada em 28 de novembro de 2013 - Rev1 (2013), disponível em http://www.novonorte.qren.pt/fotos/editor2/Documentacao/on2_orientacaogestao_9_2009_rev_1_2013_projetosgeradoresreceitas_aprovcd28112013.pdf
- Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais (CMC) de 13 de dezembro de 2013, disponível em http://www.novonorte.qren.pt/fotos/editor2/Documentacao/cmc_13122013.pdf
- Regulamento Específico “Património Cultural”, aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais.
- Diário da República, Iª Série, A, Lei nº107/2001, de 8 de Setembro, que Estabelece as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural;

22. Outras Fontes de informação

Para além da legislação referida no ponto anterior o promotor poderá obter mais informações por consulta aos sites www.qren.pt e www.novonorte.qren.pt.

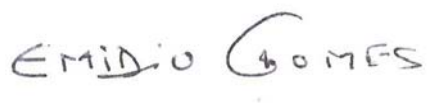
23. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a

participação (cofinanciamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Programa Operacional Regional do Norte 2007 - 2013 nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão em vigor à data da sua aprovação.

Porto, 30 de janeiro de 2014

O Presidente da Comissão Diretiva
do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013



Emídio Gomes